

011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 12JUL2018**(Texto com revisão.)**

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (10h18min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Cláudio Janta (SD): Sr. Presidente, primeiro, eu queria um esclarecimento. Qual o critério adotado pelo senhor – porque não teve reunião de Mesa, eu sou secretário desta Casa – para ter acesso ao plenário? Já tem mais de 40 CCs da Prefeitura aqui, há municipais lá na porta que não conseguem entrar. Agora, o senhor liberou para 50 taxistas entrarem nesta Casa, e nós temos um bom número de municipais lá fora para entrar. Eu tenho agenda com Vereadores que estão vindo do interior, tem um Vereador de Canoas querendo entrar nesta Casa e não consegue. Eu botei isso no grupo de Vereadores hoje. Nós temos agendas nesta Casa a cumprir. Eu quero saber qual é o critério para entrar na Casa do Povo de Porto Alegre, sendo que uma liminar libera o acesso nesta Casa no dia de hoje. Então, eu quero que o senhor me explique qual o critério para entrar nesta Casa. E acho que este microfone é livre, não é para quem o senhor quer que fale aqui nesta Casa hoje.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O senhor já formulou sua pergunta?

Vereador Cláudio Janta (SD): Eu não estou nervoso, quem está nervoso é o senhor desde ontem. Eu estou bem tranquilo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu não estou vendo ninguém nervoso, Ver. Janta. O senhor está nervoso, Ver. Janta?

Vereador Cláudio Janta (SD): O senhor tem tomado atitudes monocráticas. Eu não preciso de microfone para falar! Deus me deu uma voz muito forte para falar!

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu vou lhe responder com calma, meu querido.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Então, eu não posso responder, o Ver. Janta não quer que eu responda, eu não respondo.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Com licença, Presidente. O senhor afirmou que os portões estão abertos. O Diretor do Simpa, Alberto Terres, está na porta do plenário e a Guarda não está permitindo o seu acesso às galerias. Portanto, não adianta permitir a entrada pelo pórtico se as pessoas são barradas no interior da Casa.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais uma vez, eu vou falar... Só um minuto, Ver.^a Fernanda. Vou responder ao Ver. Alex e de forma pública. Está liberado o acesso de 115 pessoas que o Simpa determinar e que fizeram a sua devida identificação e que receberam suas senhas para ocupar todo esse lado do plenário. Essa liberação já foi dada há mais de cinquenta minutos. As Vereadoras ouviram, foi designada uma comissão. Portanto quem quiser entrar no plenário, que já tenha sido feita a sua identificação...

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): Presidente, em primeiro lugar os municipais foram informados há dez minutos. Eu estava presente com a Vice-Presidente, Ver.^a Mônica Leal, entretanto, não foi há cinquenta minutos, Presidente. Em segundo lugar, os municipais fizeram uma série de questionamentos sobre o acesso à Câmara, se estará garantido o acesso ao plenário Ana Terra, se estarão garantidos telões para os servidores que não puderem acessar ao plenário, e qual foi o critério para o outro lado, porque se vê visivelmente vazio. Então, não está sendo cumprida a decisão judicial. Em segundo lugar, da mesma forma com os taxistas. Tem um grupo de taxistas lá fora – eu gravei – dizendo que está sendo proibido de entrar, sendo que o veto diz respeito à lei geral do táxi. Em terceiro lugar, nós temos a informação de que o coordenador-geral do Simpa está sendo

barrado neste momento. (Pausa.) Entrou? Graças às denúncias aqui, então, tem todo esse tempo necessário. Mas não é só o problema de tempo, é de critério para garantir aquilo que está presente na decisão do Dr. Sidinei Brzuska.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Presidente Valter, acho que a decisão judicial é clara, que a Sessão é aberta, pública, coloca critérios. Nós estamos vendo, visivelmente, que não há pessoas nesse lado de cá, e parece que, enquanto não estiverem as pessoas lotadas aqui, não tem como começar a Sessão, se não, descumpriremos nitidamente a ordem judicial.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, pelo que nós entendemos, a liminar dá acesso à Câmara para todos, são 115 que V. Exa. liberou para o plenário, nós requeremos que os demais servidores não fiquem na rua, mas dentro do estabelecimento da Câmara Municipal. Haverá o controle, sem problema nenhum. Esse é um apelo que a bancada do PT está fazendo, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Oliboni.

Vereador Elizandro Sabino (PTB): Sr. Presidente, o Ver. Oliboni expõe de forma equivocada, porque a liminar, segundo me consta, confere ao Presidente o poder de estabelecer a ordem, a forma de segurança, inclusive, das pessoas que acessarem o plenário. Então, não está liberado para todos, nós temos um critério estabelecido pela presidência. Obviamente, nós estamos iniciando os trabalhos e, na medida em que vão ocorrendo as manifestações, as pessoas vão acessando as galerias. Então, entendo que estamos aptos para dar início aos trabalhos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Vereador. Eu agradeço a manifestação das senhoras e dos senhores.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Gostaria, Presidente, que se registrasse a presença dos Vereadores que utilizaram o microfone de apartes, se eles estão utilizando o microfone, têm de estar presentes na Sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu determino que todos os Vereadores que utilizaram o microfone de apartes tenham sua presença registrada.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidente, um problema – e quero elogiá-lo por cumprir a decisão judicial -, vai começar o debate sobre táxis e os taxistas não estão aqui. Tenho a informação de que estão lá fora e de que não conseguiram acessar ainda. Acho que isso pode causar uma revolta aos taxistas. Precisamos garantir que eles possam acompanhar o debate que envolve suas vidas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Sofia, eu quero lhe rogar, a senhora está insistentemente adotando medidas protelatórias, criando problemas, e eu estou sendo extremamente paciente. A senhora, toda a vez que vem ao microfone, alega essas questões, traz informações. A senhora me perdoe, isso, na linguagem jurídica, se chama chicana. Eu não vou mais permitir essas questões.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Isso é uma barbaridade. Tu estás me discriminando em relação aos demais Vereadores... (Som cortado, conforme determinação da Presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora, muito obrigado.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A senhora se comporte igual aos outros que terá o mesmo tratamento que todos os outros. Muito obrigado.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. A Ver.^a Sofia já foi três vezes ao microfone hoje. Vereadores, nós estamos na Ordem do Dia, há quórum. As pessoas estão acessando a Câmara de Vereadores de acordo com a decisão judicial, o acesso está liberado, esse é o comando do Presidente. Acessa quem quer, portanto a decisão judicial está cumprida...

Vereador Dr. Thiago (DEM): O senhor não pode registrar presença de quem não deu a presença!

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estamos iniciando a Sessão.

Vereador Dr. Thiago (DEM): O senhor não pode registrar presença de quem não deu a presença! Não pode! O Oliboni... Ele determinou que o rapaz registrasse a presença de quem não deu presença.

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.)

Vereador Cláudio Janta (SD): Presidente, eu requeiro suspender a Sessão até a entrada dos taxistas, já que eles têm interesse nesse tema, é um veto. Eu queria suspender a Sessão até a entrada dos taxistas, já que não há um deles aqui dentro deste plenário e a categoria tem interesse.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Durante o tempo de discussão e encaminhamento certamente os taxistas estarão liberados para entrar. Eu agradeço, mas está indeferido seu pedido.

Vereador Cláudio Janta (SD): Eu quero encaminhar o meu requerimento.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A questão é a seguinte: não existe requerimento para suspensão de votação. Não é regimental. Quem decide a respeito do prosseguimento ou não da Sessão é o Presidente. Então, existe requerimento para questões de ordem, mas não para prosseguimento ou não de sessão. Se foi apregoadado e se existe quórum, não existe esse argumento do Vereador de que porque as partes interessadas não estão aqui nós vamos parar a votação. Se assim fosse, nós não votaríamos nada aqui se o plenário não estivesse cheio de determinada plateia ou de determinado grupo que tenha interesse nesse assunto. Dito isso, eu estou indeferindo a solicitação do Ver. Cláudio Janta e determinando que se inicie o processo de discussão. Todos os 36 Vereadores poderão discutir e depois há também os encaminhamentos, portanto há muito tempo para que possam – já há dez taxistas aqui – entrar e se possa cumprir isso.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votado em destaque o art. 2º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votado em destaque o inc. XV do art. 23 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 6º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 2º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º ao PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votado em destaque o § 7º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votado em destaque o § 8º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Aldacir Oliboni, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 31 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 12 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 17 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votado em destaque o § 21 do art. 58 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 24 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 65 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 25 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votado em destaque o art. 27 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que seja votado em destaque o art. 29 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votado em destaque o art. 31 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votado em destaque o art. 32 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, uma vez iniciada a Ordem do Dia, gostaria de solicitar que fossem lidos todos os destaques, para que o plenário possa saber o que estamos votando.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A cada Requerimento de votação, vou ler o dispositivo. Srs. Vereadores, para esclarecimento, nós vamos votar os destaques agora. Vamos votar a admissibilidade do requerimento de destaque.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Obrigada, Presidente, houve uma dúvida, após a votação da admissibilidade da votação em destaque, abre-se discussão geral do veto? Quando é a discussão geral do veto? Fiquei na dúvida.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Sofia, depois é a discussão geral, sim. Tem discussão geral.

Senhores, eu vou fazer o seguinte: vou distribuir uma cópia dos destaques para a oposição e uma para o Governo. Os independentes podem ter uma cópia, mas eu estou vendo que cada vez tem menos independentes aqui! Mas tudo bem! Distribuirei três cópias.

Ver.^a Sofia Cavedon, a senhora é autora do destaque da primeira emenda. Peço que a senhora encaminhe, por favor, como autora, e como a senhora é autora do destaque, caberá à senhora explicar a emenda e o motivo do destaque.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votado em destaque o art. 2º do PLE nº 018/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora. (Pausa.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Gostaria de um esclarecimento, Vereador.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais uma vez, Vereadora?

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Sim.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereadora, depois a senhora não fique braba comigo quando eu digo que está...

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ver. Valter Nagelstein, na condição de Presidente não lhe cabe dizer quem primeiro encaminha o destaque.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor, encaminhe.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Segundo: na condição de Presidente não lhe cabe dizer o que eu direi na tribuna. (Som cortado, conforme determinação da Presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Desculpe! A Ver.^a Sofia é autora do destaque, Srs. Vereadores; ela é autora do destaque, ela tem que encaminhar como autora, é razoável!

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Bom dia, senhoras e senhores, quero dar um bom dia aos taxistas que ocupam o lado esquerdo das galerias, os quatro, cinco taxistas, porque o pessoal de baixo... Vocês também são taxistas? São CCs que trabalham na Prefeitura de Porto Alegre e devem ter uma permissão de táxi. O primeiro projeto que nós estamos discutindo é o veto ao projeto dos táxis de Porto Alegre. As senhoras e os senhores já conseguiram entrar aqui na Câmara de Vereadores, e os taxistas, que têm interesse nesse projeto, porque é o sustento das suas famílias... Eles tinham um acordo firmado com o Governo: eles teriam o mesmo tratamento que teriam os aplicativos, mas não tiveram, assim como os trabalhadores de aplicativos, que também não tiveram. O que é de interesse dos trabalhadores nesse projeto dos táxis e dos aplicativos não foi acatado pelo Governo. Um dos interesses dos trabalhadores é ter a autorização para terem os táxis em Porto Alegre. Outro interesse – construído com esta Casa, aprovado maciçamente pelos Vereadores – é mudar a cor do táxi em Porto Alegre. Também é interesse dos taxistas o carro acessível poder parar onde a pessoa, muitas vezes, numa cadeira de rodas, possa subir. E vejam bem: isso foi vetado. Como é que uma pessoa não vai ter acessibilidade para subir num carro se ele não pode parar? A lei nacional diz que um carro transportando alguém com urgência e emergência pode andar na faixa exclusiva de ônibus. Foi vetado. Esses são os absurdos que o Governo veta. Agora, o Governo fica querendo dizer para os taxistas que nós estamos usando os taxistas. Está ali o Ver. Mauro Pinheiro, que se diz independente, mas tem um bom número de cargos no Governo, dizendo aos taxistas que nós queremos usá-los para tumultuar a Sessão. Quem está tumultuando a Sessão é o Governo, que mudou a ordem de votação dos projetos, que não cumpre liminar. A liminar diz – e é bem clara – que esta Casa, que é a Casa do

Povo, tem que ter acesso livre para o povo. Se vê acesso livre aos cargos do Governo, que eram para estar trabalhando hoje, estão aqui CCs do Governo, já entraram mais de 50 aqui dentro desta Casa hoje. E vocês, que batem palma quando os capachos do Governo falam aqui nesta Casa, têm que saber que irão perder também. Se for aprovada alguma coisa que tira direito do servidor público, vai tirar direito de vocês. Esses salários de R\$ 15 mil, R\$ 14 mil, que falei ontem aqui, irão para a metade, os salários de R\$ 5 mil irão para R\$ 2,5 mil, os salários de R\$ 6 mil irão para R\$ 3 mil, os salários de R\$ 3 mil irão para R\$ 1,5 mil. Não são “eles” que vão perder, vocês também irão perder, inclusive os daqui da Câmara, não são só os da Prefeitura. Então, pensem muito bem antes de bater palmas. Nós estamos defendendo não só o servidor público lá do posto de saúde, da escola, nós estamos defendendo todos os servidores públicos que trabalham no Governo, todas as pessoas que prestam serviço para a população de Porto Alegre, nós estamos defendendo os taxistas que carregam essa população, nós estamos defendendo os trabalhadores de aplicativos que perderam um monte de conquista que esta Câmara garantiu para eles. Esse Prefeito, que não gosta de pobre; esse Prefeito, que não gosta desta Cidade; esse Prefeito, que odeia esta Cidade quando manda um projeto para cá aumentando IPTU; esse Prefeito, que não gosta da população de Porto Alegre, comprova isso a cada dia. E esta Casa começa a funcionar com auxílio da Justiça, porque os Vereadores têm que usar a Justiça para esta Casa ser aberta para o povo de Porto Alegre, para esta Casa ser aberta para a população de Porto Alegre. Eu mesmo, hoje, tenho que receber uns Vereadores aqui e não consigo receber porque a Câmara está na mão da Brigada Militar. Uma vergonha isso para o povo de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores, de novo, estou fazendo todo o esforço aqui, e os senhores têm visto, para garantir os acessos, enfim. Estamos discutindo destaque. Não quero me valer da prerrogativa de querer interferir no discurso do Vereador, mas peço que o Vereador, na tribuna, se atenha ao que está sendo regimentalmente discutido, é o destaque do artigo específico da lei, não é sobre as outras questões, não é para tratar de assunto de tempo de Liderança, não é para tratar, enfim, de qualquer outra questão, é para tratar do destaque. Se começar a haver essa manobra, e eu verificar que está havendo essa manobra, de forma muito clara, muito tranquila, eu

estou comunicando que vou ser obrigado a cortar o som do microfone, e isso não é antidemocrático, isso não é antirregimental. Quem não se comportar dessa forma é que não está tendo um comportamento regimental, isto sim é que não é democrático.

Ver. Adeli, a tribuna é sua, o senhor tem cinco minutos, por favor, no tema que está destacado; eu lhe peço, lhe rogo, por gentileza. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR ADELI SELL (PT): V. Exa. não precisa dizer o que eu tenho que falar. Eu vou falar do destaque! V. Exa. se comprometeu de ler o destaque – não leu –, portanto, quem não cumpre o Regimento Interno aqui é V. Exa., que tripudia sobre a Câmara, que avacalha o Parlamento, que chama a Brigada aqui dentro. Eu vou discutir a autorização! A autorização! Esse é o destaque! Ele omitiu! Taxistas, nós estamos discutindo o destaque que trata de permissão e autorização, e não vai ser Valter Nagelstein que vai dar lição de moral para mim, não será o Presidente! O Supremo Tribunal Federal já pacificou essa questão: táxi é um serviço de utilidade, é um serviço público, até esse momento, permissionado, mas há várias cidades em que o serviço é autorizado, e o Supremo Tribunal Federal diz que pode ser autorizado. É esse veto que nós vamos derrubar, porque se nós não derrubarmos o veto, eu farei o que o Ver. Mauro Zacher fez, e quero louvar o meu colega, combativo, Mauro Zacher, pelo que fez, porque quando o Parlamento se avacalha, quando o Presidente rasga o Regimento Interno, quando o Presidente é autoritário, a gente vai para a justiça! Não nos submeteremos à ditadura da Mesa Diretora, muito menos à ditadura do Presidente, a quem eu ajudei até ontem. Foi grosseiro e estúpido comigo! Tirou o meu tempo, mas não tirará mais. Eu digo: eu tenho vinte e poucos anos de Parlamento, eu fui preso pela ditadura, não me calei, e não será com o Sr. Valter Nagelstein que eu vou me calar. Eu fazia gosto de discutir com o pai do Presidente, que era um homem honrado, que ouvia as pessoas, mas o Presidente Valter, nervoso – continua nervoso... Jamais vou me calar para Vossa Excelência! Nunca! Eu fui um conciliador até ontem, estou pensando em deixar de sê-lo, para não ser tripudiado. Ver. Rodrigo Maroni, vamos votar a autorização para taxistas. Alvoní Freitas, o serviço de táxi pode e deve ser autorizado, já disse o Supremo Tribunal Federal, não será o Prefeito que vai dizer que nós não podemos autorizar o serviço de táxi de Porto Alegre. Senhoras e senhores, as Sessões não podem ser como ontem, elas terão que ser calmas – elas

deveriam ser calmas. Paulinho, V. Exa. me conhece há tempo, você mora no nosso coração, não teve nenhum Presidente que me cortou a palavra, mas ontem fui cortado porque estava lendo o art. 105 do Regimento. Tudo tem limite. Dr. Goulart, nós temos história, e vamos mantê-la. Eu achava e pensava que tinha visto tudo, mas não vi. Não está em jogo o mundo inteiro, mas está em jogo o futuro de Porto Alegre, o bem-estar das pessoas, a vida da família taxista. Nós vamos defender o serviço de táxi autorizado, Ver. Thiago, para o bem da Cidade. Eu disse e vou repetir: nós vamos continuar lutando, porque esse é o nosso dever. Até 2020, nós temos o voto popular e nós vamos continuar. Eu já vou dizendo: eu usarei todos os meios de mostrar que ontem foi cometido um ilícito ao autorizar a Brigada Militar dentro desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Quero manifestar aqui aquilo que a CCJ já manifestou na análise do veto e nos destaques propostos sobre esse veto. A CCJ – estão presentes o Ver. Adeli, o Ver. Cláudio Janta, o Ver. Márcio Bins Ely, o Ver. Rodrigo Maroni, o Ver. Mendes Ribeiro e o Ver. Ricardo Gomes –, na Sessão Ordinária, manifestou-se contrariamente à posição do Prefeito de não acatar o que a Casa Legislativa construiu, que foi a questão da autorização. A partir de uma emenda do Ver. Cláudio Janta, a Casa construiu uma alternativa. Por quê? Porque foi assumido um compromisso aqui de todos os Vereadores, Ver. João Bosco Vaz, de não extinguir o serviço de táxi em Porto Alegre! Se essa emenda, se esse destaque não for novamente ratificado pela Câmara, Ver. Adeli, nós estaremos extinguindo, na prática, o transporte por táxi em Porto Alegre, deixando centenas de desempregados, fazendo com que não se tenha alternativa a outro modal. Então esse destaque passou a ser um compromisso da Casa, quando da votação dos táxis de conceder autorização aos condutores dos táxis.

Quero dizer também que esses Parlamentares precisam ser mais ouvidos pela Presidência e pela Mesa Diretora. Se o Ver. João Bosco Vaz tivesse sido ouvido na sua primeira intervenção, na tarde de ontem, e se o nosso requerimento tivesse sido deferido de pronto, nós não teríamos passado por esse papelão de ter uma determinação judicial

nos dizendo o que está escrito no Regimento. Na verdade, o que aconteceu foi isso! Houve uma determinação judicial que interpretou o Regimento da Casa, que tinha obrigação de ter sido interpretado antes, pelo Presidente, pela Diretoria Legislativa e pela Procuradoria da Casa. Portanto, estas pessoas tinham obrigação funcional de interpretar adequadamente o Regimento, e isso não aconteceu. O que aconteceu? Houve uma decisão judicial, a partir de uma demanda do Ver. Mauro Zacher, enquadrando aquelas questões que havíamos colocado aqui ontem, durante toda a tarde, e foi dada a liminar, ou seja, o juiz determinou que se cumprisse o Regimento. Precisou o juiz, Dr. Sidinei Brzuska, determinar que a Câmara cumprisse o Regimento. Então, eu peço mais cuidado na análise destas questões. Vossas Excelências respondem por todo o Parlamento; Vossas Excelências não respondem só pelo Governo, respondem, de forma independente e soberana, por todo o Parlamento, e assim devem fazer para não fazer todos nós passarmos, de certa forma, por essa vergonha. Quero então, mais uma vez, ratificar a nossa posição favorável à autorização, porque, sem dúvida nenhuma, só desta forma poderemos garantir que o serviço de táxi continue existindo. Isso foi um compromisso desta Câmara, aprovado por unanimidade dos Vereadores. Mais uma vez quero dizer: vejo os taxistas, há espaço na Casa, e só dez taxistas tiveram acesso ao Plenário da Câmara. Isso é descumprimento da ordem judicial exarada pelo Dr. Sidinei Brzuska. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu quero esclarecer aos taxistas que temos 17 destaques. Estamos discutindo o primeiro, esses destaques são das emendas. Conforme Regimento Parlamentar, cada bancada poderá discutir cinco minutos cada um dos destaques. Se nós contássemos somente a discussão dos destaques, nós iríamos até à noite de hoje – eu espero que os senhores permaneçam aqui todo dia conosco – para, depois, votarmos o projeto. Então, para lhe tranquilizar com relação a isso, nós estamos começando, é o terceiro Vereador que está na tribuna. Conforme vocês vão chegando, já têm 30 cadastrados lá embaixo, vocês vão ocupando aqui, o acordo já foi feito, a determinação já está dada, os taxistas são muito bem-vindos aqui, e, portanto, o Chefe da Guarda já está orientado nesse sentido.

Com relação aos municipais, todos os 115 já foram cadastrados, estão ingressando também, e eu espero que ordenadamente e pacificamente. A decisão do Juiz não difere em nada da decisão do Presidente no dia de ontem, a inconformidade foi que aqueles que estavam de fora do plenário quiseram forçar a entrada, quebrando a porta para entrar, vandalizando a Câmara.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É isso sim! E com relação à determinação judicial, nós estamos cumprindo, porque não há o interesse de fazer essa discussão neste momento, embora já tenha dito aos Srs. Vereadores que a Câmara vai interpor o agravo no momento adequado, porque a decisão foi do Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes é que define a ordem de priorização e isso é soberano.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Valter, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco nesta manhã, os taxistas, os servidores públicos e outras pessoas que nos acompanham, o nosso abraço. Aqui nós estamos discutindo a modificação na relação jurídica entre o taxista, o serviço do táxi e a cidade Porto Alegre. Na época, apresentei a Emenda nº 18, meus caros taxistas, e é essa emenda que estamos discutindo aqui. A Emenda nº 18, de minha autoria, que dizia o seguinte: “Substitui-se a expressão ‘permissão’ pela expressão ‘autorização’”. Estamos discutindo aqui a emenda de minha autoria, e que, na verdade, na minha modesta visão, é uma das mais importantes emendas e temas que foram vetados. Modificar em Porto Alegre a permissão pela autorização, por que isso? Quando estávamos discutindo o projeto, nós vimos que uma cidadã de Porto Alegre, taxista, me procurou e me disse o seguinte: “Ferronato, eu tenho táxi, sou permissionária, sofri um acidente grave, quebrei a bacia, não posso mais dirigir, e eu estou perdendo a concessão, a permissão, por quê? Porque no sistema de permissão, não é possível transferir a titularidade. Com a autorização se pode transferir, claro, em casos determinados e previstos. Na minha avaliação, é indispensável manter a autorização que, como disse o Ver. Adeli, já está

sendo autorizado em diversos Municípios do País. Claro que muda a regra jurídica, mas mantém a possibilidade da permanência do taxista, do táxi na cidade de Porto Alegre. Não é possível que eu tenha uma permissão por 20 anos, sofra um acidente ou uma doença e eu tenha que simplesmente pegar aquilo que conquistei durante 30 anos e devolver para a EPTC só porque nós estamos analisando um aspecto jurídico da questão. Se existem questões jurídicas, existe a questão de fato, pessoal, até sentimental e humana. Nós não podemos jogar o titular do táxi no ostracismo: “Tu te quebrou todo, vai para casa, devolve o que tu tens e seja lá o que Deus quiser. Vai te virar!” Está errada essa possibilidade no Município. A mais moderna, a mais coerente, a mais justa, a mais necessária de todas as sistemáticas de viabilizar o serviço do táxi é através da autorização, meus caros Vereadores e Vereadoras. Por isso, eu estou aqui para pedir o seguinte: vamos manter a minha proposta, a Emenda nº 18, que viabilizou a possibilidade de dar mais humanidade ao serviço. Nada de confronto, de disputa, mas assim, solicita aos Vereadores que mantenham essa regra que é boa para a cidade de Porto Alegre. E, antes de mais nada, Ver. Alvoní, ela é altamente com cunho humano. Viabilizar aqueles que estão com dificuldade, que lhes seja possível, em alguns casos, a transferência da titularidade, porque o homem se quebrou todo, não pode mais dirigir, é justa essa emenda. Obrigado”.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Nagelstein, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Senhoras e senhores, quero me somar também à intervenção do Ver. Ferronato, estive conversando aqui com o representante dos taxistas, aliás, o pessoal da Aspertáxi e demais representantes da categoria estiveram conversando comigo com relação à autorização, Vereador. Acho que a Cidade já evoluiu muito no que diz respeito ao aplicativo, nós precisamos fazer um gesto, sim, em favor dos taxistas de Porto Alegre, que têm prestado um relevante serviço de transporte na nossa Cidade. Além disso, acho que também é razoável essa questão do acordo do táxi, não é,

Paulinho? O pessoal está fazendo uma ponderação de que tem um custo para alaranjar o táxi. Por que não deixar o táxi também com a cor branca? Então, quero fazer também um encaminhamento nesse sentido, porque acho que é também razoável. Hoje, a crise pegou em todos os setores, qualquer diferença mínima que seja, qualquer R\$ 1 mil de custo representa muito hoje em função da concorrência com os aplicativos. E eu acho que é dever da Câmara fazer esse gesto em favor da categoria dos taxistas em Porto Alegre.

Ao mesmo tempo aqui, eu quero me somar com as intervenções e fazer uma reflexão no que diz respeito às contribuições do PDT para o debate. Quero, primeiramente, cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz, que fez um destaque para a questão do art. 105 do Regimento, fazendo um alerta sobre a ordem de votação e, posteriormente, o Ver. Mauro Zacher, mais uma vez, se socorre da Justiça para dirimir situações que, às vezes, no calor da discussão, no calor do debate... Ontem, o calor estava realmente num nível muito alto de temperatura, nós chegamos a fazer uma reunião ali, onde o tom se elevou bastante, Presidente Nagelstein, entre V. Exa. e o Ver. Dr. Thiago. Eu queria fazer um apelo aqui também, em nome da bancada do PDT: não é o caso de estarmos agravando, Vereador, o senhor tem reiteradamente dito aqui que nada mais está sendo feito do que a compreensão de que, mais ou menos, estamos falando a mesma língua. É chegada a hora de nós enfrentarmos o debate aqui, com as posições de mérito que cada Parlamentar tem com seu entendimento a respeito daquilo que é prioridade para a Cidade. A valorização dos servidores nós entendemos que é prioridade. O PDT entende que é prioridade que os servidores estejam valorizados. São questões que dizem respeito ao IPTU e à forma com que está sendo feito o enfrentamento deste debate. Eu quero dizer que a bancada do PDT não será pautada pela imprensa, Ver. Mauro Zacher...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Bins Ely, nós estamos discutindo o destaque da Lei Geral dos Táxis, por favor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): É exatamente nesse sentido, e isso vale também para os táxis, vale para qualquer outro debate que for se dar sequência no dia de hoje, no dia de amanhã, até que se inicie o recesso, no sentido de que nós seremos pautados pela imprensa. Então, todo e qualquer serviço de esclarecimento seja prestado pelo Vereador, a quem foi outorgada representação, e aqui está representada a totalidade

da população, aqui estão todos os votos representados, porque aqui não é 50% mais um que representa o Poder Legislativo, e sim a totalidade da população que votou. Então, o Vereador tem autonomia para fazer a divulgação do trabalho dele, e isso vale para o táxi, isso vale para a questão do servidor, para a garantia dos direitos adquiridos, vale para a vale para a questão do IPTU, em especial, porque é o que está em debate hoje na mídia, mas eu acho que é importante a gente apresentar a nossa opinião com dados aprofundados para que as pessoas não sejam iludidas. Eu venho enfrentando também esta questão que diz respeito ao mercado imobiliário em função do trabalho classista que a gente fez e que a gente vem fazendo. As pessoas estão preocupadas, porque tanto o proprietário quanto o inquilino, tanto o locador quanto o locatário serão impactados pelo aumento do imposto. Mas em linhas gerais, no que diz respeito ao táxi, nós estaremos solidários e votando a favor da categoria nesse primeiro momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Senhores e senhoras, bom dia, lamentavelmente, infelizmente, teve que ser através da justiça a reconstituição dos ritos previstos no Regimento e na Lei Orgânica. Infelizmente nós perdemos, na reunião de Líderes, o respeito a esses ritos, à democracia, à participação sem truculência, sem violência junto ao Parlamento Municipal. Ontem foi um dia triste, um dia de horrores, um dia em que este Parlamento se submeteu a uma lógica ditatorial que nós não gostaríamos de ter visto, mais uma vez, nesta Casa, na democracia deste Brasil. E os municípios não foram anarquistas, destruidores ou depredadores; eles foram violentamente atacados e atacadas pela Tropa de Choque que substituiu a democracia. Quando saímos daqui, havia um grupo de 1^o ou 15 mulheres, professoras, presas no banheiro, passando horrores lá, pois se fecharam para não tomar gás. A Brigada batia na porta, tocava gás pela porta - elas pensaram que iam morrer asfixiadas, Ver. Elizandro Sabino. Isso era aqui no banheiro das mulheres, ao lado deste plenário! E saíram completamente

intoxicadas, vomitando e desmaiando, porque nós, Vereadoras, fomos lá interceder. Será que é isso: é cena de guerra que queremos ver neste Parlamento Municipal? Isso tem uma responsabilidade muito grande da Mesa Diretora e do Prefeito Marchezan...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia Cavedon, por favor, atenha-se ao tema.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Que vetou 14 itens do projeto dos táxis, construído, discutido, votado por maioria neste Parlamento Municipal, num diálogo profícuo na Comissão - nós, do PT, fomos representados pelo Ver. Adeli Sell -, teve um trabalho feito por este Legislativo e que a autocracia do Prefeito Marchezan destrói com seus vetos. Pois eu sou autora do primeiro destaque, e o Presidente Valter, na sua arrogância, queria impor que eu falasse por primeiro. Pois quero dizer que essa imposição é discriminatória e é machista, sim; porque assim ele não se comporta com Vereadores homens. Eu sou autora, Presidente, e o Regimento diz o seguinte sobre os destaques (Lê.): "...no encaminhamento da proposição por parte destacada poderão falar..." Se quiserem, não falam; se quiserem, falam. Nenhum Vereador aqui é obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna, a falar. E o Presidente determinou que eu viesse falar e explicasse. Eu não aceito esse autoritarismo; se qualquer Vereador daqui aceitar, terminou a democracia, Vereadores; terminou a democracia! E essa democracia terminada, impedida, ela pratica violência. Se pratica violência com Vereador, imaginem o que será com colegas funcionários ou com taxistas, ou com o cidadão ou cidadã.

Pois nós destacamos esse art. 2º porque ele é central - vários Vereadores aqui já explicaram. Ele é central no debate dos táxis. Os táxis, um serviço que por muito tempo era o único transporte individual aqui na cidade de Porto Alegre, tiveram um baque profundo com a entrada, à força, dos aplicativos, que nós, nesta Casa, regulamentamos, mas que o Prefeito se submete aos interesses das empresas que exploram motoristas. É isso que ele faz. A mesma empresa e empresários que patrocinam os eventos do Prefeito, que vão assumir a orla, que estão numa parceria promíscua, público-privada...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia Cavedon, por favor, atenha-se ao tema.

(Manifestação das galerias.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu estou falando, sim, Ver.^a Mônica, da concessão e do veto do Prefeito nº 2, em que nós, Ver.^a Mônica, votamos por autorização para preservar o direito desses trabalhadores e trabalhadoras de só seguir, seguir fazendo o seu trabalho. (Palmas.) E quase não podem nem acompanhar aqui! Não fosse a Justiça, vocês estariam lá fora, porque o Presidente determinou portas fechadas, apoiado pelos Vereadores aqui! (Palmas.) Ver. Mauro Zacher, a tua iniciativa, como a iniciativa de outros Vereadores e Bancadas que estão lá na Justiça é que viabilizou que os taxistas pudessem estar aqui, porque as suas vidas vão ser decididas aqui. Às vezes a falência da sua família, a miséria da sua família, e o Presidente, a Mesa e alguns Vereadores aqui decidiram que fechariam este Parlamento! Para que o Parlamento, então; se o povo não pode contar com ele? Para que o Parlamento? Para que serve esta Câmara se ela se fecha e impede...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Para encaminhar, Ver.^a Sofia.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):... E põe o batalhão de choque sobre quem quer saber do seu destino. Nós só somos representantes...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Para finalizar, Vereadora.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não substituímos a cidadania! É representação! É representação! Fora Marchezan! Fora autoritarismo nesta Casa. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, pela oposição.

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR ALCADIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente em exercício, saúdo os colegas Vereadores e Vereadoras, todos os municipais que estão aqui, os taxistas, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta manhã. O que nós estamos discutindo, vetado pelo Governo no projeto dos taxistas, trata da permissão para autorização. A permissão, todos nós sabemos, é de 35 anos, e o taxista tem dificuldade de poder transferir para outra pessoa, seja filho ou herdeiro, na medida em que este titular está com dificuldade de poder dirigir ou trabalhar. É inadmissível que nós, numa situação como esta, não podemos dar a possibilidade – pois o Prefeito vetou - para aquela família que depende exclusivamente do táxi para sobreviver, não ter a liberdade de dar autorização para uma outra pessoa, com certeza familiar, para poder continuar a trabalhar e dar sustento para a família. Portanto, vamos, sim, derrubar este Veto, Ver. Janta, que é uma necessidade destes trabalhadores, na medida em que eles têm inclusive uma enorme concorrência com o Uber, que não tem esta prerrogativa - colocam quem eles quiserem. Portanto, nesta matéria a Bancada do PT, com certeza, da oposição, estará derrubando o veto, porque tem uma necessidade, uma ideia muito óbvia e muito lógica da sustentabilidade da família. Querendo lembrar, reforçando, infelizmente, o Governo botou os pés pela cabeça na medida em que ele tentou mudar a pauta e hoje teve que rever por uma decisão liminar. Neste sentido a democracia prevaleceu, dando espaço a um número determinado de cidadãos aqui no plenário, mas que é de extrema importância porque os cidadãos sabem que todos nós, Vereadores e Vereadoras, fomos eleitos pelo voto do povo, e por isso que pode prevalecer. Não ao veto; sim aos cidadãos e cidadãs, trabalhadores e taxistas. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Excepcionalmente bom dia, porque nossas sessões plenárias geralmente são à tarde, mas como estamos numa Sessão Extraordinária, o meu fuso horário foi prejudicado. Eu gostaria de encaminhar, em nome da minha bancada, Bancada do PSOL; portanto, agradeço aos meus colegas de partido, Ver. Roberto Robaina e a nossa Líder, Ver^a Fernanda Melchionna, pela possibilidade de subir até a tribuna e fazer esta sustentação. Caso os Vereadores e Vereadoras não estejam lembrados - temos aqui pessoas retornando ao Parlamento, como é o caso do Ver. Elizandro Sabino, que era Secretário e agora está de volta a esta Casa - tivemos uma série de debates, muitas vezes, acalorados, inclusive, horas e horas debruçados sobre esse projeto, sobre essa reformulação da lei dos táxis. Conversamos com diferentes entidades representativas da categoria, inclusive recebemos pelas nossas caixas de correspondência pontos de vista de pessoas que eram contra algumas propostas, a favor de outras. Ou seja, nós passamos muito tempo, muito tempo, tentando construir para a nossa Cidade, para o povo porto-alegrense e para os trabalhadores que utilizam esse modal de transporte como sustento das suas famílias, uma alternativa que pudesse conciliar os distintos pontos de vista. Precisamos destacar, é isso que está em debate aqui, um dos pontos que foi vetado pelo Prefeito Nelson Marchezan Junior, que especificamente versa sobre a Emenda nº 21, proposta pelo Ver. Cláudio Janta, que altera o regramento existente na Capital, no seu art. 2º. Senhoras e senhores, não inventamos da nossa cabeça certas mudanças de regramento; uma das argumentações que foi colocada neste plenário durante o processo de debate, discussão, encaminhamentos e votação, foi justamente a ciência, ou pelo menos o entendimento que o Supremo Tribunal Federal, em sua 2ª Turma, exarou a respeito desse ponto em especial. A 2ª Turma votou por unanimidade, ou seja, nenhum dos Ministros deu voto contrário à retirada do acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, certo? O Tribunal de Justiça havia declarado inconstitucional a dispensa de licitação no processo de liberação desses regramentos, dessas permissões, concessões, para os taxistas, e eis que a 2ª Turma derrubou esse entendimento do TJ de Santa Catarina. Portanto, um órgão que é a mais alta esfera do Judiciário desta Nação, deste País, tem o entendimento que foi também permeabilizado pelos Vereadores de diferentes bancadas e incluído dentro do corpo da lei – o entendimento da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o que nós estamos tentando fazer aqui é tentando manifestar o nosso ponto de vista a respeito da necessidade de destacar essa parte do veto para poder manter, no regramento, no corpo da lei da nossa Cidade, algo que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou favorável. Portanto, se não há ilegalidade, não há fundamentação para o Prefeito emitir esse veto. Então, pedimos que todas as bancadas votem pela possibilidade de nós votarmos em destaque, admitirmos o destaque para esse dispositivo, para podermos fazer a votação, discutir com maior profundidade este tema e chegar, então, à derrubada desse ponto do veto parcial que o Sr. Prefeito Júnior encaminhou a esta Casa Legislativa. Ficamos por aqui, a nossa manifestação, a manifestação do PSOL é justamente pela votação favorável ao destaque deste ponto do veto, e que nós possamos manter o art. 2º, que foi construído a partir de muita discussão, dentro do corpo da lei, porque achamos que isso seria o mais correto, naquela época, e mantenhamos o mesmo entendimento neste dia. Grande abraço a todos, sigamos nossos trabalhos e discussões. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 16 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votado em destaque o inc. XV do art. 23 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 6º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Bom dia a todos e todas. Difícil ser um dia bom nas condições em que nós estamos. Eu já vou avisar, Presidente Mônica, que não vou aceitar interrupções, porque nós estamos vendo aqui uma tentativa de cercear o que os Vereadores podem dizer. Eu não te interrompi, Sofia, porque não cabia aparte regimental, mas não vi nenhum Vereador homem ser interrompido nesta tribuna, e nós não aceitaremos que interrompam as mulheres, sejam mulheres que interrompam ou sejam homens que nos interrompam. Não aceitarei interrupção...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Fernanda Melchionna, eu só lhe peço que a senhora se atenha ao tema.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Não aceitarei interrupção. O tema é a ruptura do diálogo da Câmara de Vereadores e do Governo Marchezan com a cidade de Porto Alegre. A ruptura com os acordos de toda a Cidade, com os taxistas, com os municipais, com os servidores públicos, com os servidores da Câmara de Vereadores que atenderam no ambulatório, ontem, professoras intoxicadas com gás, sem condições de trabalho. Quero cumprimentar as médicas do ambulatório, cumprimentar os nossos servidores da Câmara. Nós não aceitaremos...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Fernanda Melchionna, a senhora está saindo do tema. Por favor, se atenha ao tema!

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Não é a senhora que vai me dizer qual é o tema, não é a Arena que vai me dizer qual é o tema. O tema é a democracia, o Parlamento e o parágrafo 2º do art. 23 porque o Governo Marchezan teve a capacidade, gente, de vetar uma emenda que garante que os taxistas das placas acessíveis possam desembarcar cadeirantes; cadeirantes! O Marchezan vetou uma emenda para que eles não possam estacionar, fazendo embarque e desembarque de maneira especial para pessoas que usam cadeiras de rodas! Olha a crueldade do que está posto nessa emenda vetada! Isso é uma ruptura com a Cidade, sabe por quê? Porque, quando foi votado o projeto dos táxis, teve uma série de emendas dialogada com a categoria dos taxistas, que está aí, não toda, não esta toda, e quero entrar nisso depois, vou entrar, não se preocupem, e a Câmara aprovou. E aí, o Governo vetou as emendas, e o veto demora semanas para ser votado para desarticular a categoria. Então, olho nas emendas, porque tem os projetos que tiram direitos dos servidores e que estão cheios de emendas! Mas de que adianta aprovar emendas para suavizar ataques, para depois o Marchezan vetar? De que adianta suavizar ataques se a carreira está em jogo para os futuros, para a ideia do serviço público, e mesmo para os de agora, que podem ter o regime cassado, biênio, triênio, quinquênio perseguidos. Nós precisamos fazer esse debate. Nós precisamos fazer

o debate da enrolação do Governo com as categorias organizadas, como foi o caso dos taxistas, homens e mulheres taxistas!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Fernanda, atenha-se ao tema.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Homens e mulheres taxistas! Eu não vou aceitar, Mônica! Nós queremos ver se vocês vão fazer isso, porque, na verdade, se quiserem, podem tentar até tirar a fala da oposição, mas que legitimidade vai ter essa Sessão, que tem espaço reservado para cargo em comissão do Governo Marchezan, pago com dinheiro público, para tentar pressionar os Vereadores, e tem 50 taxistas lá fora, esperando, para poder entrar aqui e ver a discussão do veto? Que legitimidade é essa? Vocês dizem que estão cumprindo decisão judicial. Tem CC do Governo, tem espaço vazio, tem servidor em greve... E eu quero parabenizar a ideia de se auto-organizar, porque nós, aqui, estamos por conta de uma ordem judicial... Vejam vocês, por conta de uma ordem judicial, que o Ver. Mauro Zacher entrou, nós entramos com outra, vários Vereadores, para que os vetos referentes ao projeto do táxi, que estavam trancando a pauta desde quarta-feira, fossem votados na ordem prevista no Regimento. E mais, que a Sessão não fosse a portas fechadas, porque o Presidente tinha determinado uma Sessão a portas fechadas, para ser um chá de comadres, porque nós, do PSOL, não participamos de Sessão de portas fechadas. Quem tem vergonha dos seus votos, renuncia ao Parlamento, quem tem medo de povo organizado, vai ganhar a vida como qualquer coisa, mas não se disponha a vir para o Parlamento...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Fernanda, atenha-se ao tema, pela quarta vez eu lhe peço respeito ao Regimento desta Casa.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Mônica, eu peço respeito à minha fala! Eu peço respeito a minha fala!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): E eu peço que a senhora respeite o Parlamento, o Legislativo...

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu sei que tu gostas muito de autoritarismo e de ditadura, mas a minha fala tu não vais interromper. Eu sei bem que, inclusive, tu deves ter gostado das cenas de violência brutal que nós vimos ontem aqui: gás lacrimogêneo, balas de borracha, policial quebrando o quadro de Vereadores para depois tentar dizer que foram os servidores; professores atacados, servidores atendidos, mulheres presas no banheiro, sendo asfixiadas. Vocês não vão silenciar a nossa possibilidade de fala. Vocês tiraram a fala das lideranças, para que a gente não pudesse denunciar o que houve ontem. Mas muito mudou no parlamento ontem, e eu quero concluir com isso. Muito mudou no parlamento ontem. Quero dizer a vocês que nós não trataremos essas sessões com a normalidade, porque não são sessões normais, nem os vetos aos taxistas e ao art. 23 com normalidade, e nem o tratamento, aqui dentro, da Câmara de Vereadores, daqui por diante. Ontem se quebrou a regra democrática e o paradigma de respeito com o povo dessa Cidade, e nós denunciaremos em todas as intervenções o que aconteceu na Câmara na tarde de ontem.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidenta, nós temos a informação de que são centenas de pessoas que estão do lado de fora da Câmara, inclusive a maioria mulheres, que querem ter acesso à Câmara para utilizar banheiros e assim por diante. Nós apelamos à Procuradoria da Mulher da Casa para que interceda junto à Mesa Diretora para que esses cidadãos e cidadãs, municipais ou não, possam ficar dentro do pátio, próximo à Câmara para ter o mínimo de dignidade aqui na Câmara Municipal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Oliboni, gostaria de lhe informar que, neste momento, todos os portões desta Casa estão completamente fechados pelos próprios servidores, manifestantes, que não estão permitindo que se saia ou que se entre na Casa. Essa é a informação que chegou até essa Presidente. Eu só gostaria, antes de passar o comando desta Sessão para o Presidente Valter, de informar a Ver.^a Fernanda e as pessoas que estão aqui assistindo essa Sessão que nós estamos tratando do inc. XV do art. 23, que tem a seguinte redação: “Auxiliar os passageiros a embarcar no veículo, bem como a desembarcar deste, sempre que necessário ou solicitado”, sendo permitido aos veículos que oferecem serviços de táxi acessível poderão estacionar para realizar o

embarque e desembarque de passageiros com deficiência e mobilidade reduzida em qualquer local das vias e logradouros do Município de Porto Alegre.

Por fim, eu quero aproveitar a oportunidade para registrar que a Guarda Municipal e a Brigada Militar agiram na sua perfeita competência e só agrediram aqueles que simplesmente depredaram o patrimônio público. Está em todos os vídeos, está em todas as televisões e rádios! Só não vê quem realmente tem dificuldade. Obrigada.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Quero comunicar aos senhores taxistas que há pouco conversei com a liderança da categoria, e foram autorizadas, conforme o nosso acordo, 50 pessoas; entraram 51 pessoas, mas existiam mais 7 profissionais do lado de fora que pediram para entrar e nós autorizamos a entrada desses 7, de acordo com as vagas que têm aqui. Portanto, interessa ao Parlamento, sim; a presença dos senhores aqui está garantida. Muito obrigado.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): Presidente, questão de esclarecimento - os méritos nós vamos discutir na tribuna. Eu acabo de falar com o jornalista André Machado, da Rede Bandeirantes, que está aqui e que viu que quem fechou a entrada dos pátios da Câmara de Vereadores foi a Guarda Municipal e não os servidores. São as palavras do jornalista André Machado, que entrou como imprensa pela entrada da frente, mas que me relatou que quem está trancando é a Guarda e não os servidores. Então, parem de criminalizar os servidores. Se não foi o senhor, Presidente, foi a Ver.^a Mônica Leal, que aqui falava que os servidores estão trancando. Justiça tem que ser feita, e a verdade precisa ser reparada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Fernanda, eu peço que a senhora fale e tenha a mesma capacidade de ouvir, então eu peço sua atenção. Os pátios da Câmara de Vereadores... Então, não preciso explicar.

Vereadora Mônica Leal (PP): Os pátios da Câmara Municipal de Porto Alegre estão fechados; as pessoas só conseguem entrar a pé. Por que estão fechados? Porque estão

impedidos de entrar com automóveis... Caminhão na frente, não conseguem nem um automóvel entrar nesta Casa. Apenas isso. Eu digo ao jornalista, meu colega André Machado, que as pessoas então entrando a pé.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor, a Ver.^a Comandante Nádia sugere, de acordo com o que o Ver. Oliboni informou... Estou determinando, neste momento, à Diretoria-Geral da Casa, que providencie banheiros químicos na área externa da Câmara para atender as pessoas que lá estão e que precisem eventualmente utilizar banheiros. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, acabo de ser informado, pelo comando da Guarda Municipal, que há barricadas nos dois acessos da Câmara e que as pessoas que querem entrar ou sair não estão conseguindo. Quero me dirigir à imprensa que está aqui, jornalista André Machado, filho do nosso ilustre Dilamar Machado, e dizer que fui informado agora, pela Guarda Municipal, que existem barricadas na frente, impedindo o acesso à entrada e à saída. Estou ciente dessa informação, transmitindo aos senhores Vereadores, dizendo que não é correto que isso aconteça. Nós vamos verificar se de fato isso está acontecendo, vamos buscar garantir as medidas constitucionais do livre ir e vir dos cidadãos, conforme a carta federal determina. Voltamos à nossa discussão.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Nós estamos, senhores Vereadores nos encaminhamentos... O Ver. Robaina está me ofendendo aqui, eu não vou ouvir suas ofensas, desculpe-me, Vereador!

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Perdoe-me, o senhor é um radical. Eu não vou entrar nessa! O senhor não precisa me ofender aqui na frente, não precisa ofender minha dignidade, não precisa ofender minha família, não precisa fazer como o Ver. Adeli, ofender meu pai, que está numa situação... Não pode!

O Ver. Adeli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Primeiro lugar, eu elogiei o Sr. Mathias Nagelstein! O presidente Valter mente - como gosta de mentir! Eu elogiei o seu pai a vida inteira. Vossa Excelência está provocando, mas não me tirará do sério porque falarei sobre a emenda. Senhoras e senhores, caros taxistas, nós estamos discutindo a dignidade de uma profissão - a dignidade de uma profissão! Ser taxista é uma profissão, um serviço importante, por quê? Porque 365 dias por ano, 24 horas por dia, pelo nosso sistema, três motoristas podem estar trabalhando num táxi. Quantas vezes os senhores e as senhoras levaram pessoas desesperadas para os hospitais? Partos aconteceram dentro de táxis. Quantas pessoas com deficiência, os senhores e as senhoras, taxistas, carregaram e colocaram no assento do carro para levá-los a suas casas, a uma clínica, a lugares que muitas vezes não há o serviço público que tem que ser feito? A EPTC tem que fazer e não faz! Tem que cuidar de ter um espaço em frente de uma clínica, de um hospital. Olhem a situação do Hospital Mãe de Deus em que o taxista não pode estacionar para pegar um doente. Agora, o Prefeito quer proibir um taxista de parar e deixar um cadeirante subir, descer. Onde está a dignidade da pessoa humana? Depois, o Prefeito me fala que tudo estava à beira de um precipício, mas quem está colocando a Cidade num precipício, num buraco, é o Sr. Prefeito Municipal com esses vetos! (Palmas.) Muitos aqui gostam de citar filósofos, juristas, mas eu diria que, antes de citar, é preciso fazer. Eu poderia falar de Kant sobre a dignidade da pessoa humana, mas eu prefiro falar do Seu João, do Seu Alberto, da Dona Maria, da Dona Rosa, que dirigem táxis; eles sabem o que é dignidade da pessoa humana, nas noites frias de Porto Alegre, quando têm que parar um táxi, e uma pessoa doente espera para ser levada a um hospital. Quantos cadeirantes as senhoras e os senhores têm transportado na sua vida, têm cuidado? Mães com bebês; quantas vezes as senhoras e os senhores não tiveram que levar, e a pessoa não tinha o dinheiro suficiente ou nem tinha dinheiro. Mas os senhores e as senhoras têm coração e alma, mas há pessoas que, infelizmente, em pleno século XXI, não têm alma, não têm coração e não são dignos do que estão fazendo. Por isso que eu estou aqui, apesar das provocações do Sr. Presidente, que vai ter que responder pelas bobagens que fez ontem, e que continua fazendo. Vamos ver! Eu não costumo fazer queda de braço com ninguém! Ontem me pronunciei dizendo que nós deveríamos retornar hoje aqui com outros ânimos, mas eu acho que vou rever, para desopilar, um filme, Cães Raivosos, que a gente vai

saber qual é o primeiro cão que morde. Aqui às vezes a gente não fica sabendo quem morde primeiro. Eu nunca faria isso. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Nós temos um rei no Paço Municipal, e aqui vamos ter um ditador nesta Casa. Um ditador! Eu vim devagar, como eu vinha quando tinha 193 quilos. E o senhor está virando um ditador, porque o tempo vale quando eu subo no púlpito, para provar para as pessoas o que nós estamos discutindo aqui. Quando eu tinha 193 quilos... O senhor é testemunha, mas está tratando com muita traição a quem lhe deu a mão para o senhor chegar onde chegou aqui, muita traição! E o senhor sabe que quem o senhor está defendendo agora não queria que aí o senhor estivesse. O senhor sabe muito bem disso, e nós permitimos que aí o senhor estivesse. Mas a vida é assim. Eu vinha, quando pesava os meus 193 quilos, como eu vim agora, em 39 segundos, para chegar a este púlpito. Isso que o Prefeito quer fazer, mas pedimos para destacar para discutir isso. Ele vetou tudo. Agora, imagina uma mãe com um filho autista no colo parando num táxi longe de uma clínica! Imagina um pai com um filho cadeirante parando longe de uma clínica! Imagina uma pessoa com uma prótese na perna parando longe de uma clínica! É isso que esse Prefeito sem alma faz quando veta, alegando que um táxi para pessoas deficientes não pode parar num hospital, numa clínica ortopédica. Esse é o veto, gente! Esse homem não tem coração! Esse homem não gosta de pobre! Está tocando o meu telefone aqui porque fiz a minha cirurgia bariátrica - está na hora de eu comer, eu como de duas em duas horas. Esse homem não gosta de pobre, esse homem não tem coração quando veta uma emenda que diz que o táxi pode parar em locais acessíveis. O táxi é acessível, gente. Táxi é acessível; o táxi tem que parar onde a pessoa necessita, um cadeirante necessita, um deficiente visual necessita, uma pessoa que use uma prótese na perna necessita, um obeso necessita. Aí ele veta isso. Isso é crime! Por isso, estamos pedindo para votar em separado esse veto, e a lei nos permite isso - a mesma lei que nós buscamos na Justiça para várias coisas. A Justiça está fazendo justiça. Justiça! Isso é um absurdo! Não tem coração quando a pessoa veta uma

coisa dessas. Ele botou, no ano passado, num *post*, o homem de gelo da série Game of Thrones. Ele é o verdadeiro homem de gelo! Uma pessoa que não tem sentimento, uma pessoa que quer tirar o sustento das pessoas, tirar 50% do salário das pessoas. E aí, depois, alguns jornalistas dizem que a gente é maluco aqui, que a gente está mentindo! Mentindo estão esses jornalistas que não vivem a realidade!

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Vejam, quatro brigadianos - quatro brigadianos pegando uma senhora num pescoço! Quatro brigadianos! Os mesmos que atiraram bomba no meu gabinete, os mesmos que atiraram bomba na Câmara, por que não vão à periferia de Porto Alegre? Ontem morreu gente nas vilas de Porto Alegre, na Mário Quintana. Por que não vão resolver os esartejamentos na Mário Quintana? Por que não vão resolver as pessoas que foram queimadas na periferia de Porto Alegre? Por que não vão resolver os problemas que aconteceram na Cidade de Deus? Por que não vão? Não precisa de polícia aqui dentro desta Casa! Entendeu?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Janta, eu vou lhe dar mais 40 segundos, que o senhor perdeu.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Acho bom o senhor me dar o meu tempo que o senhor me roubou. Acho bom! Aqui não precisa de polícia, aqui só tem pessoas de bem. Quem não faz o bem para esta Cidade é este Prefeito, que se acha um rei, um senhor feudal, que só faz o mal para esta Cidade, que botou aqui o Sr. Christian, que está lá dentro distribuindo CCs. Está lá dentro o Seu Christian! Está lá dentro. Vem lá de Santa Vitória do Palmar! Está lá dentro, com sua planilha, chamando os Vereadores para distribuir CC. Está lá, desde ontem o Secretário está passeando aqui, distribuindo CCs.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, Vereadoras, companheiros e companheiras taxistas, trabalhadores do Município de Porto Alegre, essa emenda foi proposta pelo Ver. Paulo Brum, um Vereador que vota e tem votado com o Governo. O Prefeito Marchezan vetou essa emenda, uma emenda básica.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Valter, o senhor assegura o meu tempo? Desconte o tempo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A sua palavra está garantida, Vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ou o senhor não está garantindo a palavra? Coisa que não me surpreende. Essa emenda é básica; talvez o Prefeito Marchezan queira facilitar para multar os taxistas, porque os taxistas respeitam as pessoas, sabem da situação concreta e, às vezes, até correm risco. O Prefeito Marchezan quer, neste caso, fazer a indústria da multa funcionar para multar os taxistas. É muito importante derrotar essa emenda porque ela é básica para respeitar as pessoas com deficiência, é básica para respeitar a categoria dos taxistas. Nós vamos votar em todas essas propostas com a categoria dos taxistas porque, na verdade, o que estamos fazendo aqui é defendendo a profissão do taxista que está ameaçada. É preciso que esse serviço seja preservado. Essa emenda ajuda nesse sentido e ajuda a preservar o respeito à pessoa humana, o que o Prefeito Marchezan infelizmente não tem nenhum. Então, nós esperamos derrotá-lo, como esperamos derrotá-lo em todas essas medidas desse pacote autoritário do Governo que provocou, no dia de ontem, uma situação vergonhosa na Câmara de Vereadores. O Janta mostrou apenas uma parte dessas imagens. Tem muito mais imagens que vamos requisitar para demonstrar o arbítrio que ocorreu aqui dentro por ordem do Presidente da Câmara, Ver. Valter Nagelstein. Nós vamos demonstrar que esse Presidente não está honrando a Câmara de Vereadores como espaço democrático. Esse é um ponto muito importante de se ter presente. Nós queremos, sim, contar com a colaboração - tenho a convicção de que os Vereadores do PRB não vão aceitar esse ataque aos servidores

públicos, não vão aceitar o ataque que o Governo Marchezan está fazendo ao conjunto do povo. Vejam só: por decisão judicial se está votando a questão dos taxistas. O que fica evidente na questão dos taxistas? Que o Governo Marchezan é um governo antipopular querendo liquidar com a família taxista! O que está evidente nos projetos dos servidores públicos? Que o Prefeito Marchezan é antipopular e quer liquidar com o serviço público! Essa é a natureza do Governo. Esse tipo de governo autoritário, neoliberal precisa, sim, ser derrotado!

O Presidente Valter usa das suas atribuições como Presidente para mentir descaradamente. Disse que eu lhe fiz ofensas. Eu não lhe fiz ofensa coisíssima nenhuma! O que disse simplesmente é que o Presidente Valter mentia quando dizia que os acessos à Câmara não estavam sendo liberados por causa de barricadas feitas por servidores públicos. Isso é uma conversa. O Ver. Valter Nagelstein ainda na sua vida vai conhecer o que significam barricadas contra governos e contra propostas autoritárias que ele representa. Não viu nada ainda do que o povo é capaz!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos taxistas que estão aqui, eu vou encaminhar o voto do PROS pela derrubada deste veto. Nós vamos derrubar este veto porque há anos nós lutamos pela humanização do trânsito em Porto Alegre e pela forma tecnicista pela qual a EPTC trata o nosso... Eu tenho um dossiê com 4 mil páginas de maus-tratos que os fiscais da EPTC praticam contra os cidadãos de Porto Alegre. Em particular, Ver. Paulo Brum, contra os portadores de necessidades especiais; em particular com pessoas em situação de emergência que precisam desembarcar na frente de hospitais e locais de pronto atendimento. Hoje, por exemplo, vindo para a Câmara, eu passei pela Av. Farrapos e tinha um azulzinho atrás de uma árvore. É um vício! Eu fique me perguntando por que, se tinha algum radar, se tinha algum cruzamento. Não tinha nada, é um vício, é um vício de origem. Diz o ditado popular que o uso do cachimbo entorta a boca, acredito piamente que aquele azulzinho estava viciado em ficar escondido. Então nós precisamos humanizar

o trânsito em Porto Alegre. E se humaniza o trânsito em Porto Alegre com orientação. É não se servir das pessoas que precisam do serviço de táxi para onerar o taxista, esgoelando e bebendo o seu sangue e fazendo dessa atividade profissional uma fonte arrecadatória. Então vou encaminhar o voto contrário, Sr. Presidente, concordando com o Ver. Janta, a quem eu quero dar os parabéns por duas coisas.

O Ver. Janta é um dos Vereadores mais competentes desta Casa. E se o Governo hoje tem uma base, uma base consistente, deve a ele. Foi um ano de trabalho ininterrupto para amearhar Vereador por Vereador, foi um ano de trabalho, dele, Ver. Moisés, que lhe antecedeu na Liderança do Governo, visitando cada gabinete, convidando cada Vereador para fazer parte da base, persuadindo um por um que Porto Alegre tinha um projeto novo, que Porto Alegre tinha um projeto diferente. Então o Ver. Janta é um dos grandes Vereadores desta Casa, de uma habilidade e um grande Líder do Governo. Se hoje o Governo Marchezan tem uma base, deve agradecer ao Ver. Janta que construiu essa base.

Parabéns por outra coisa, Ver. Janta, porque o senhor é um mártir deste Parlamento. Eu me lembro do senhor nesta tribuna, na qual o senhor bateu aqui várias vezes ainda há pouco, cercado de fascistas querendo agredi-lo. O senhor nesta tribuna querendo falar, e os neofascistas, porque só quem invade e quebra Parlamento é fascista. Democrata não faz isso.

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Olha, aí, acusaram o golpe. Vestiram a carapuça! Só em regimes totalitários, só quando a democracia está ameaçada, que parlamento é invadido. Só se tenta calar parlamentar no grito - fascistas. Eu estudei a marcha dos camisas pretas, lá na Itália, em Roma. Era o fim da democracia. Agora, vou discordar, Ver. Janta, só num ponto com o senhor, diante de tudo o que eu concordei até agora. Pessoas de bem não quebram, não depredam e não fazem vandalismo com o patrimônio público, pessoas de bem não têm medo da polícia; quem tem medo da polícia é criminoso, é bandido. Isso aqui é a Casa do Povo de Porto Alegre. Eu peço, Presidente Valter Nagelstein, encarecidamente, que se abram procedimentos criminal-administrativos para se averiguar quem quebrou, quem depredou patrimônio público, porque essa é a

Casa do Povo de Porto Alegre. Eu quero também fazer uma referência ao que foi dito e concordar com o Ver. Roberto Robaina também. A barricada é algo terrível ao que o povo precisa recorrer. Enquanto ele falava, eu lembrava do massacre na Praça da Paz Celestial, em que o comunismo, o marxismo chinês matou 70 milhões de pessoas, colocou tanques de guerra blindados para passar por cima das pessoas. Aquilo, sim, foi uma barricada pela democracia, pela liberdade e pelo parlamento, onde o povo é realmente representado. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convido os Líderes a se aproximarem da Mesa. Nós estamos com um problema bastante grave no acesso e na saída da Câmara de Vereadores. Temos pessoas com consultas médicas, com diabetes que estão querendo sair da Câmara e não estão conseguindo. Eu queria pedir a presença da imprensa aqui junto conosco. As assessorias, por favor, não foram convidadas. Senhoras e senhores, foi comunicado aqui, na presença da imprensa, que a determinação judicial garantiu o acesso das pessoas, as pessoas foram credenciadas, estão aqui. Há bloqueios no acesso à Câmara de Vereadores. O acesso será a garantia da liberação. É isso que eu posso dizer. Eu fiz um apelo, o apelo está feito, a democracia tem os seus limites, eu não vou aceitar esse tipo de argumento. O Ver. Mauro Zacher está aqui exigindo que eu dê acesso livre e irrestrito à Câmara de Vereadores, esta é uma decisão que está na liminar judicial, e eu a estou cumprindo. A menos que o senhor queira que eu não cumpra o mandado de segurança, que o senhor mesmo pediu. Então, o que o Ver. Mauro Zacher está querendo aqui é que eu não cumpra o mandado de segurança que ele próprio pediu. Estou cumprindo o mandado de segurança, só que eu quero garantir o acesso dos servidores, a entrada e a saída. Muito obrigado. Dentro de 15 minutos, nós vamos promover a desobstrução dos acessos da Câmara Municipal de Vereadores. Muito obrigado. Está retomada a Sessão.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof.º Alex Fraga.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Valter, Vereadores e Vereadoras, público que nos acompanha aqui nas galerias, estou preservando a voz porque o dia de

ontem já nos tirou um pouco! Presidente, gostaria de ter usado o microfone para fazer um parte a V. Exa., porque ontem eu subi a esta tribuna e fiz alguns apelos.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, não há condições de eu continuar assim, queria que o senhor garantisse o meu tempo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O senhor está com a tribuna...

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Os Vereadores estão em debate profundo...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Zacher, por favor, prossiga. Ver.^a Sofia, por favor, controle-se, tem um Vereador na tribuna. Ver. Mauro Zacher, o senhor pode prosseguir.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, acho que a liminar que foi concedida pelo Juiz Sidinei Brzuska foi muito clara: ela garante aquilo que é constitucional, aquilo que é regimental, aquilo que está na nossa Lei Orgânica do Município. Quanto a isso, acho que não há discussão. Ao mesmo tempo, encaminha que sejam tomadas todas as medidas de segurança – que a Casa já tomou. O fato é que nós atendemos à liminar em parte, porque eu tinha a informação aqui que estavam entrando aos poucos os servidores credenciados e eu não vejo motivo nenhum para que a gente venha a proibir a entrada das pessoas na Casa, porque no mesmo sentido que nós proibimos a entrada – o ato é nosso –, nós estamos não permitindo que pessoas saiam da Casa, porque a entrada é a mesma. Quem não está deixando a Casa sair, me desculpe, Presidente, é Vossa Excelência. Não façam um apelo para mim, porque não sou eu, porque se eu tivesse o poder, se o senhor me concedesse esse poder, quero dizer que a minha decisão está tomada: vou liberar a entrada das pessoas para dentro da Câmara e aqueles que quiserem adentrar ao plenário, terão que estar cadastrados; pronto! A não ser, Presidente, e eu tenho certeza de que não, que o senhor tenha apreço pelo que aconteceu ontem, porque o que aconteceu ontem, Presidente, nós lhe avisamos: quando

é chamado BOE, a tropa de choque, ela vem para cumprir uma missão, e ela cumpriu. Infelizmente, nós colocamos aqui nos Anais da Casa uma cena que eu gostaria de nunca ter visto, que está gravada e que eu gostaria que não acontecesse de novo. O que as pessoas fazem lá na rua, Presidente, é esperar a oportunidade de entrar nesta Casa, porque o que nós iremos debater, e não é hoje nem agora – estou usando um tempo que não deveria estar usando para isso –, é algo que mexe com as suas vidas. É natural que queiram vir acompanhar e olhar esse painel ao vivo, olhar na cara dos Vereadores, reiterando a coragem e o desprendimento para acompanhar projetos que estão aí colocados na Casa.

Então quero lhe fazer um apelo, Presidente, nesse sentido, ao mesmo tempo em que quero me solidarizar ao Ver. Paulo Brum. Há muitos anos, eu tenho grande admiração pela sua luta, pelo seu trabalho nesses assuntos que tratam da acessibilidade. Eu nem me preocupo, eu lhe acompanho. Eu quero dizer que, neste momento, novamente, eu lhe acompanho sem o menor receio de estar errando. Vamos derrubar a emenda. Eu solicito, Presidente, que V. Exa. libere os portões, porque, aí, sim, nós podemos ir lá na frente conversar com os servidores e pedir que a entrada no plenário seja só com credenciamento. Muito obrigado, Presidente, conto com a sua sensibilidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Eu conto com a sua honestidade, Vereador, com a sua honestidade intelectual, inclusive, porque o seu mandado de segurança está sendo estritamente cumprido, e eu estou preservando a segurança e a integridade das pessoas. O que o Juiz determinou era que a capacidade do plenário fosse lotada. A capacidade do plenário está lotada. A decisão judicial está cumprida. Eu peço, de novo, a sua honestidade intelectual para não fazer demagogia como os outros estão fazendo, jogando a plateia contra a Presidência. Muito obrigado.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Bom dia, Presidente, colegas, galerias que estão lotadas hoje aqui. Não iria me manifestar, mas, diante da fala do estimado Ver. Janta com o vídeo que apresentou, não poderia deixar de vir aqui, até porque sou da

Brigada Militar e sei do trabalho que esses homens e essas mulheres têm nas ruas todos os dias. Gostaria, Ver. Janta, que o senhor mostrasse o vídeo por inteiro, porque, se não, são meias verdades que são apresentadas aqui nesta tribuna, o que fica, de certa forma, até feio, porque os brigadianos acabaram por prender uma senhora que devia dar o exemplo, que poderia ser até uma avó, fumando e baforando no rosto de um servidor, como os senhores e as senhoras que estavam trabalhando. Eu fico envergonhada e não posso acreditar que aquela senhora era uma funcionária pública, Ver. Lourdes, porque uma funcionária pública da saúde, da educação jamais teria esse tipo de atitude com a Polícia Militar que está aqui garantindo a segurança dos Parlamentares e dos senhores e das senhoras. Então, Ver. Janta, antes de o senhor mostrar meias verdades, eu gostaria que tivesse sido apresentada essa senhora, que, com uma falta de respeito total, mostrava por que ela acabou sendo presa por desacato. Quero ainda dizer que tenho ouvido desde ontem alguns Vereadores falando...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Comandante Nádia, só um minutinho. Senhores taxistas, por favor!

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eles não são, mas esse lado está dirigido também a eles. Esse lado... Srs. taxistas, não vamos criar tumulto, os projetos que estão aqui lhes dizem respeito também. Se os taxistas quiserem ir embora, é um direito. Do lado de lá, não tem espaço, senhores.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Uma pena...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Comandante Nádia, vou restituir o seu tempo em três minutos.

Senhores, quem é o líder dos taxistas, por favor? Eu desejo uma pessoa que responda pelos taxistas. Quem é o Presidente do Sintáxi? (Pausa.) Senhores, nós vamos retomar

nossa Sessão, e eu vou, com todo respeito, me dirigir ao senhores taxistas aqui para dizer o que está acordado e o que vai continuar sendo acordado. Nós temos quatro projetos em votação no dia de hoje. O primeiro projeto é o veto dos táxis, que nós estamos examinando agora, com 17 emendas destacadas e os tempos de encaminhamento para cada uma delas – estamos recém encaminhando a segunda. Depois de vencido o projeto dos táxis, nós temos três projetos: o da previdência complementar, o do regime dos servidores e o do IPTU – esses são os projetos pautados aqui. O plenário foi dividido...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Esses são os amantes da democracia.

O plenário foi dividido em três partes: uma parte só para os municipais, que estão aqui para preencher todo aquele local com as senhas que foram distribuídas; uma parte para os taxistas – eu acordei com as lideranças dos taxistas que seriam 50 senhas, depois me informaram que faltariam senhas e eu deferi mais sete, que era o número que tinha aí, portanto, são 57; e a outra parte, porque são três públicos que estão aqui, pessoas que vão defender os projetos que estão em votação aqui e têm o direito de defender esses projetos. É a visão deles, e o Parlamento garante o direito de todos!

Então, eu quero rogar aos senhores taxistas e às pessoas que estão aqui para defender os projetos do Governo, a primeira questão: não façam provocações, eu rogo! Não façam provocações. Não tomem parte nessa discussão, por favor. E peço aos taxistas que ocupem os seus lugares, sentem, não tomem parte nessa outra discussão, que não é a questão dos senhores taxistas. Se nós estabelecermos esta regra, a nossa votação caminha de forma tranquila; tendo regra, as coisas caminham de forma tranquila. Peço o seguinte: eu não vou permitir que, nesta parte do Plenário, fiquem pessoas em pé. Então, por favor, sentem! Quero pedir que, por favor, tomem assento, senhores taxistas! Por favor, do lado direito do Presidente, estão os municipais, que devem sentar nas suas cadeiras. O acordo com os Vereadores é que as cadeiras estejam ocupadas, por favor! Eu não vou prosseguir a Sessão, essa é a determinação judicial, com pessoas em pé. Senhores taxistas, não quero, rogo aos senhores, por favor, não quero conflito, não quero pedir para desocuparem à força esse espaço, estou pedindo. Por favor, sentem! Estou

pedindo que, por favor, as pessoas ocupem os lugares, muito obrigado. Mais uma vez quero que não haja provocações, solicito isso. E nem caíam em provocações, por favor. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Presidente. Já estou acostumada, quando assumo a tribuna, e a galeria está repleta dos funcionários municipais, normalmente, eu demoro um pouco mais de tempo, não consigo terminar o meu raciocínio. E quero crer que isso não é porque sou mulher, viu, Ver.^a Fernanda Melchionna? Senão, a Procuradoria vai ter que agilizar aqui. Normalmente, eu tenho esse problema aqui.

Mas quero ficar preocupada com essa manobra que está sendo feita muito seguidamente aqui, e os taxistas infelizmente entraram nessa manobra, neste momento, num momento em que queremos fazer a votação dos vetos, e vocês sabem que eu sou a favor de vocês. Quero dizer que vocês vão perder muitos votos por conta de alguns que querem fazer a bagunça e a anarquia. Quero dizer que, desde ontem, por favor, senhoras... Presidente, as senhoras estão desequilibradas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu quero, novamente, rogar às pessoas que aqui estão que, por favor, sentem, esse espaço é para ficar desobstruído. A próxima vez que eu tiver que pedir, eu vou ter que, infelizmente, pedir que a Guarda Municipal desobstrua esse espaço. Mauri, por favor, o senhor está credenciado, entre no plenário, por gentileza. Quero pedir a esses seis senhores que estou vendo aqui, com uma atitude claramente de provocar um confronto, eu não desejo isso, então, mais uma vez, eu rogo aos senhores que sentem no local dos municipais.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Estimados municipais, por favor, me ouçam. Democracia é escutar também quem não fala o que vocês querem ouvir, porque têm 1,5 milhão de porto-alegrenses que não estão aqui representados e querem ouvir todas as vozes deste Parlamento. Então, eu pediria, não somente para mim, mas para todos os Vereadores que aqui sobem. Quero dizer que, desde ontem, alguns Vereadores me falam a mesma frase recorrente, o Ver. Dr. Thiago, o Ver. Cláudio Janta, a Ver.^a Sofia

Cavedon, o Ver. Roberto Robaina, me falam: “Nádia, isto aqui não é quartel”. Realmente, isso aqui não é quartel. Sabem por quê? Porque no quartel não tem quebra-quebra, porque no quartel há democracia, porque no quartel há, sim, a disciplina, a hierarquia, os valores, porque os brigadianos sabem bem trabalhar e não são fascistas como vocês. Por favor, eu gostaria que mostrassem o vídeo. Eu não achei o da senhora fumando, mas eu sei de outro, Presidente.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Isso não é quartel! Por certo, essa senhora que está demolindo, com uma bolsinha do PT, não é funcionária pública, porque eu não posso acreditar que isso seja funcionário público! Isso são vândalos! São pessoas que gritavam ontem à noite: “Não acabou, vai acabar, e eu quero o fim da Brigada Militar”. Quem é que quer o fim da Brigada Militar aqui?! Vândalos! Anarquistas! Porque a Brigada Militar cuida da proteção do ser humano! Dos gaúchos e das gaúchas! Não vai acabar! E nós vamos continuar botando ordem neste País, neste Estado e em Porto Alegre. Muito obrigada, Presidente, e salve o Parlamento!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Comandante Nádia.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Sr. Presidente, o Prof. Rodrigo me ligou, ele está no acesso da Av. Loureiro da Silva, o batalhão de choque lá está, não tem caminhão, e os funcionários que saem com senha para trocar, para entrar outro, não podem. Quem tenha senha eles não estão permitindo entrar. Então eu queria dizer ao senhor que é preciso garantir isso, não tem bloqueio, na verdade, o batalhão de choque e a Guarda não estão deixando os colegas com senha entrar neste Parlamento.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Presidente, eu vou usar a tribuna, mas, antes, eu gostaria de exigir que o senhor, por favor, tenha um tratamento isonômico com relação a todos os Vereadores que usam a tribuna. A Comandante Nádia foi interrompida, o senhor bloqueou o tempo dela e restituiu três minutos. Isso não aconteceu nem ontem e nem

hoje com o Ver. Mauro Zacher. Então, por favor, tratamento isonômico. Em tese, somos todos iguais dentro desta Casa Legislativa.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, quando subi à tribuna o meu tempo já estava correndo, é a isso que me refiro quando digo que não há tratamento isonômico por parte da Presidência desta Casa. Eu gostaria de pedir que rodassem alguns vídeos, porque desde que fiquei sabendo ou, pelo menos, ouvi dizer que havia bloqueios, eu comecei a imaginar pneu queimando, o bicho pegando lá fora. E, por favor, gostaria que passassem alguns vídeos. Eu vou falar do veto, mas para esclarecimento de que não há obstrução por parte dos servidores públicos e, sim, dos cadeados que a nossa Guarda Municipal colocou nos portões é que há esse impedimento de ir e vir. Portanto, muito tranquilo o acesso, todas as entradas estão liberadas, o meu assessor fez isso, questão dez, quinze minutos atrás, na maior tranquilidade. Esse é o quadro que nós temos lá fora, mas infelizmente não sabemos, porque estamos há muito tempo aqui dentro. E talvez o Ver. Valter Nagelstein não tivesse conhecimento disso. Então, pedi que a nossa assessoria fizesse algumas imagens.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Esse é o panorama que temos lá fora: não há trancamentos, é importante que as equipes dos veículos de comunicação noticiem também o outro lado, a outra versão. Eu gostaria de falar um pouquinho agora, vou me ater ao que está sendo debatido, justamente à questão desse veto. O Ver. Paulo Brum, autor da emenda que adicionou na lei a possibilidade dos veículos vermelho ibérico de pararem em qualquer lugar, justamente para prestar um serviço a uma população que tem deficiência, que tem dificuldades de locomoção, não é uma proposta de direita ou de esquerda, é uma proposta humanista de um Vereador que tem militado a maior parte de sua vida por uma causa em que ele acredita. Esse Vereador é do partido mais fiel do Prefeito Júnior. O Ver. Paulo Brum pode me corrigir se eu estiver enganado, tem votado

sempre com o Governo. Eu duvido que o Prefeito autoritário, antidemocrático, que não dialoga com a população, tenha chamado para uma conversa o Ver. Paulo Brum. E se o chamou e o Vereador opinou a respeito do veto da sua emenda, o Vereador tem que se justificar com relação à sua base eleitoral. Tem que se justificar, porque o que o Vereador fez foi garantir uma Porto Alegre mais humana, e é o seu trabalho, é a dedicação da sua vida. No momento em que o Prefeito Júnior põe esse veto no projeto, ele retrocede em um avanço que havíamos conseguido a partir do debate, da votação desta Casa Legislativa, a partir de um Vereador que está totalmente imerso nessa causa, que é garantir a ampliação de direitos às pessoas portadoras de deficiência, em especial limitações de locomoção. O que temos aqui é a prova irrestrita – irrestrita – de que este Prefeito é incapaz – incapaz – de analisar os anseios do povo desta Cidade. E isso é só um pensamento meu, uma opinião de, que dentro daquela cabeça doentia, ele pensa: “Não sou cadeirante, ainda não sou idoso, não tenho dificuldade de locomoção, então não é problema meu; é problema do Ver. Paulo Brum, problema de todos aqueles que se importam com as pessoas que têm essa condição”, que é muito difícil.

Mas a Cidade é nossa. Nós estamos aqui debatendo justamente as modificações, os vetos e as imposições que o Prefeito traz de forma totalitária a esta Casa Legislativa, e isso é inaceitável. O veto a esta emenda mostra a face real do Prefeito Júnior, um homem incapaz de ter apreço e respeito a outros seres humanos. Este é o monstro que administra a nossa Cidade, para lamento de todos nós porto-alegrenses e para o retrocesso de avanços que a nossa Porto Alegre conseguiu conquistar ao longo dos anos. Agora, avançamos para o retrocesso a passos largos.

Ver. Paulo Brum, mais uma vez subo a esta tribuna para parabenizar sua iniciativa. A sua emenda trouxe à nossa Cidade uma condição mais digna, mais humana, mais solidária. Agradeço ao Ver. Paulo Brum e peço que todos os Vereadores aprovelem este Requerimento, para que possamos continuar esse debate e aprofundar justamente essa face do Governo Marchezan que começa a se desvendar. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Mauro Pinheiro (Questão de Ordem): Presidente, houve todo um debate aqui da entrada e da saída dos funcionários, das pessoas que querem acessar à Câmara de Vereadores. O pessoal do meu gabinete não está conseguindo entrar, ligaram-me, acabei

de atender ao telefone, disseram que não conseguem entrar, não pela Guarda, mas porque o Simpa e o caminhão do Simpa impedem que as pessoas cheguem até a entrada da Câmara de Vereadores. Quero só fazer esse comentário, porque nós precisamos que o nosso pessoal dos gabinetes consigam entrar na Câmara de Vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais uma vez, reitero que os servidores da Câmara, devidamente identificados, têm livre acesso ao Parlamento.

O Vereador Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a respeito dessa emenda, nós fomos procurados pelo representante dos táxis acessíveis, até por ser um serviço novo na sua implementação, e que alguns taxistas estariam sendo multados ao embarcarem e desembarcarem pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Por isso, nós apresentamos essa emenda que foi aprovada pelos Srs. Vereadores e foi vetada pelo Sr. Prefeito. Eu estive em audiência com o Sr. Prefeito e tratamos a respeito desse serviço. O Prefeito Marchezan, sensível ao nosso apelo, determinou ao Presidente da EPTC, Marcelo Soletti, que resolvesse essa questão. Nós estivemos reunidos com o Presidente Marcelo, com a Diretoria de Acessibilidade e Inclusão da Prefeitura, com o representante dos motoristas dos táxis acessíveis, e a EPTC determinou que esse serviço fosse tratado de uma maneira especial. E nos passa, portanto, um comunicado que eu faço questão de dizer para os Anais desta Casa. O serviço de táxi acessível na cidade de Porto Alegre foi concedido por meio de certame licitatório e teve como objetivo preencher uma lacuna no serviço de transporte individual, qual seja, o de atendimentos a pessoas com dificuldade ou com locomoção reduzida. Com a prestação deste importante auxílio, por meio do táxi, a parcela da população que antes não dispunha de veículos adaptados para as suas necessidades teve um grande avanço na mobilidade da Capital gaúcha. Entretanto, alguns ajustes sempre serão necessários. Mormente, a entrada em vigor de novo modelo de transporte e, no momento, a dificuldade de pontos adequados para o embarque e desembarque desses cidadãos que solicitam o serviço é questão a ser enfrentada para o seu aperfeiçoamento. Ao contrário do serviço de táxi tradicional, via de regra, o passageiro que solicita tal serviço não dispõe de condições físicas para deslocar-

pág. 43

se até um ponto adequado ao embarque, ou no momento do desembarque, de percorrer algum trajeto até seu destino. Dessa forma, cabe ao Poder Público apresentar soluções e auxiliar na maneira mais adequada de conduzir a prestação do serviço, que, reitero, é público e de grande necessidade. Especificamente, compete à EPTC a adoção de medidas que viabilizem o deslocamento das pessoas que efetivamente utilizam esse modal para deslocamento. Cabe salientar que ao Executivo Municipal e nem mesmo à Câmara de Vereadores seria possível a edição de normativa que permitisse o estacionamento ou o embarque e desembarque de forma a contrariar o Código de Trânsito Brasileiro, tendo em vista as regras de constitucionalidade vigentes no Brasil. Assim, resta ao órgão de trânsito a faculdade de adequar a orientação aos seus agentes de fiscalização no trato da questão prática, cabendo a ele o efetivo auxílio, a colaboração para o alcance do previsto na norma e no serviço disponibilizado ao cidadão. Isso posto, determino aos agentes de fiscalização de trânsito e transporte da EPTC que táxi acessível deve ter uma atenção maior devido à grande parte dos usuários não ter condições de deslocamento a um ponto mais adequado para embarque e desembarque. As condições desses locais, muitas vezes, não são adequadas sob o ponto de vista da mobilidade dos usuários. Isso posto, determino aos agentes de fiscalização de trânsito e transporte que táxi acessível deve ter uma atenção maior devido às condições desses locais, que muitas vezes não são adequados. A atuação por infração de trânsito é recomendada apenas nos casos em que o agente de fiscalização identifique o abuso do tempo necessário. Portanto, Sr. Presidente, esse é o comunicado da EPTC. Então, penso eu, resolverá a questão o que trago nesse momento, mas o plenário é soberano e fica a questão dos Srs. Vereadores acatar ou não o veto do Sr. Prefeito, mas já está solucionado o problema aqui apresentado. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Paulo Brum. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Inicialmente, gostaria de saudar todos os presentes, os colegas Vereadores e o público que nos assiste. Nós

temos pela frente em torno de seis horas de apreciação de 11 requerimentos restantes, mais cerca de seis horas de votação dos vetos parciais. Pelo andar do que já foi feito até agora, de como estão sendo feitas as falas, de quais bancadas estão falando, isso nos leva aí em torno de 12 horas de votação pela frente. Eu fui relator do projeto, na verdade, dos vetos do Executivo com relação aos táxis e, obviamente, como relator, assim como eu votei pela desburocratização dos táxis e também votei com a mesma convicção pela desburocratização dos aplicativos de transporte, recomendei, como relator, que houvesse derrubada total dos vetos. E assim votarei. Votarei pela derrubada total dos vetos, porque eu acho que as justificativas do Executivo não procedem e não amparam, portanto, esses vetos.

Mas eu gostaria de usar esse tempo para explicar e para tentar pedir às lideranças da Casa, de certa forma até fazer um apelo para que nós não misturemos as coisas. Os táxis, a votação dos táxis diz respeito a uma matéria de muita relevância e que por muito tempo discutimos aqui na Câmara e que há muito tempo os taxistas têm interesse de que seja resolvido. Fazer com que passemos por 12 horas de discussão de requerimentos de destaque para cada um dos vetos é, na verdade, até uma falta de respeito para com os taxistas, porque bota em risco muitos dos vetos que nós queremos derrubar e que nós precisamos derrubar. Uma vez que nós misturamos a votação dos táxis com a votação dos servidores, que também tem seu mérito e deve, sim, ser debatida, mas em seu momento...

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Todos são trabalhadores, desculpe-me, todos são trabalhadores. Se nós misturamos as pautas, nós colocamos em risco que os taxistas tenham atendidas suas reivindicações e tenham, sim, os seus vetos derrubados. Então, gostaria de pedir, como foram lideranças desta Casa que pediram que fossem feitos 12 requerimentos, cada requerimento permite uma série de manifestações, para depois votar o requerimento para poder, depois destacar. E nós temos mais 11 pela frente. Que nós cheguemos a um acordo, senhoras e senhores, colegas Vereadores, para que possamos fazer um bloco de requerimentos. Votamos os 11 em blocos, podemos, portanto, destacar a votação dos vetos e apreciar um a um dos vetos. Dessa forma,

damos um pouco mais de respeito e sanidade a esse processo legislativo, porque isso aqui, obviamente, vai fazer com que a gente passe mais do que um dia nesta Sessão, neste plenário, discutindo o mesmo tema. Estão misturando pautas que não dizem respeito aos táxis e que vão prejudicar os taxistas na hora da votação. Eu não gostaria, por ter defendido durante muitas sessões, mais liberdade e menos burocracia para os táxis, de ver eles perdendo alguns vetos por conta de ter suas pautas misturadas com pautas dos servidores. Acho que, por uma questão de respeito, deveríamos separar isso, votar em blocos esses requerimentos, fazer com que a Sessão fosse acelerada e pudéssemos apreciar cada um dos vetos e derrubá-los, na sua totalidade, como recomendei, como relator, na Comissão de Finanças e Orçamento e, obviamente, como votei em plenário, naquela ocasião. Muito obrigado pela atenção de todos. Eu espero que os líderes acatem essa sugestão que acho respeitosa para com todas as partes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof.^o Alex Fraga.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Ver. Camozzato, vou dialogar com V. Exa. Eu acho que nós não temos o direito de intimidar os taxistas com esse tipo de argumento. Eu quero dizer que falta de respeito foi colocar os 16 projetos em regime de urgência. Isso é que foi falta de respeito, fazendo com que os 16 projetos não passassem por nenhuma comissão permanente da Casa. Isso que foi falta de respeito, isso é falta de respeito com os servidores, isso é falta de respeito com os taxistas, isso é falta de respeito com a cidade de Porto Alegre. É isso o que fez o Executivo. Quero dizer que o veto dos taxistas está aqui, na manhã de hoje, porque o Ver. Mauro Zacher entrou na Justiça requerendo o cumprimento da pauta, requerendo que o Regimento da Casa fosse respeitado. Existe uma situação que é mais importante do que um de nós, que é mais importante que qualquer um de nós, que é o Regimento da Casa. O Regimento da Casa é superior a cada Vereador. Então, isso é falta de respeito. Quero dizer, Ver. Paulo Brum, com todo o

respeito, que a sua emenda não está contemplada na manifestação do Secretário Marcelo Soletti, Secretário que, há mais de três meses, não recebe a mim e ao Ver. Paulinho Motorista. Ontem, nós o encontramos aqui, mas, há mais de três meses, no seu celular – nós vamos fazer inclusive, na primeira Sessão do segundo semestre, uma convocação para o Secretário Marcelo Soletti, para ele estar aqui. Essa manifestação que ele fez, com todo o respeito, Ver. Paulo Brum, continua dando ao fiscal de trânsito mais poder que ao Presidente da República, porque a decisão dele de multar não tem contradita. Não tem recurso no momento. E inclusive o Governo Municipal, no seu veto, veta o recurso administrativo absurdamente! Mas precisa explicar para o Governo Municipal que o projeto do Executivo não está acima da Constituição. Ele veta o artigo 61, que vamos discutir depois. Ele veta totalmente da Lei Geral dos Táxis, e nós precisamos ter muito respeito com essas categorias. Nós assumimos um compromisso aqui, quando votamos inclusive os aplicativos, de que nós votaríamos a dar condições a que o táxi continuasse existindo. E nesta emenda, continuasse podendo ajudar neste tipo de situação. No ano passado, depois do período eleitoral, tive uma parturiente no Extremo-Sul, que acabou ganhando dentro de um veículo que tinha sido um táxi, que acabou dando acolhida. Vocês podem botar nas redes sociais aí, Vereador faz parto em táxi. Essa é a atividade do táxi, a atividade que não pode ficar sujeita ou subjetivada pela ação do fiscal de trânsito quando salva uma pessoa. Nós não podemos colocar, por exemplo, alguns limites como velocidade, a vida humana. Nós não podemos relativizar a emergência, a atenção ao socorro das pessoas. Então, de forma nenhuma dialogo com V. Exa., com todo respeito que tenho a V. Exa, essa resposta pífia da EPTC não responde às necessidades desta situação. E nós não podemos continuar dando à EPTC mais poder que o Presidente da República. Porque a decisão dela, muitas vezes, do fiscal de trânsito, que, às vezes, como qualquer pessoa, pode ser arbitrário, não cabe recurso. Então, vamos, sim, derrubar estes e outros destaques. E não se intimidem, não aceitem a intimidação, porque, sem dúvida nenhuma, o serviço de vocês precisa continuar ocorrendo. E esta Câmara vai ser responsável por isso, sim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL: O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, plateia que nos acompanha; nós ouvimos muitas coisas, na Sessão de hoje, com relação, Ver. Mauro Zacher, à liminar que foi obtida e ao acesso a esta Casa. Quero apenas, primeiro, lembrar o que diz a própria liminar que foi concedida – o Ver. Mauro Zacher sabe, porque ele a impetrou – garante ao Presidente da Casa, Presidente Valter Nagelstein, reforço na segurança ao Presidente da Casa; definição de espaços, ao Presidente da Casa; limitação de acordo com a capacidade do auditório, e não do prédio inteiro; identificação, para fins de acesso, dentre outras providências que podem ser tomadas para assegurar o regular desenvolvimento do processo legislativo. Porque nós não estamos aqui em briga de torcidas; nós estamos aqui no desempenho do processo legislativo. Duvido algum tribunal levar a cabo alguma audiência ou julgamento em que o Juiz não consiga ouvir uma testemunha, porque os presentes não o permitem, porque os presentes interrompem as testemunhas, porque os presentes não deixam as partes falar. Experimentem levantar a voz numa sessão de julgamento, experimentem interromper uma audiência, como se faz nesta Casa, o que fará o Judiciário? Imediatamente, ordenará o esvaziamento da sala, mas não é o que o Judiciário determinou para esta Casa, como se nós aqui, no processo legislativo, não tivéssemos que nos ouvir uns aos outros, não tivéssemos que levar em consideração o que falam os colegas, como se nós aqui não tivéssemos o direito à voz e a escutar os colegas, como se isso aqui fosse uma arquibancada de futebol. Aqueles que vêm aqui defender seus direitos, fazem isso como se não tivessem também deveres, como se não tivessem o dever de respeitar quem está a falar na tribuna; querem direitos, direitos e direitos, mas não cumprem os seus deveres. Também, Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o Judiciário foi informado da existência do conteúdo do art. 94 deste Regimento da nossa Casa, § 8º, que diz o seguinte, atenção (Lê.): “Não havendo a deliberação do Colégio de Líderes de que trata a al. ‘a’ do § 3º deste artigo, a priorização da votação dos projetos seguirá a ordem estabelecida no art. 105 desta Resolução”. Atenção: não havendo a deliberação do Colégio de Líderes, aplica-se o art. 105! O que disse o Judiciário: “Há deliberação do Colégio de Líderes, sigam o art. 105”. Será que foi o Poder Judiciário informado, na petição inicial, do conteúdo do art. 94, § 8º ou foi induzido em erro apenas com parte do Regimento desta Casa? Não tenho a inicial comigo, mas haveremos de saber. O fato é que nós, Vereadores, em reunião de

Líderes, no cumprimento do Regimento, alteramos a ordem de votação. E V. Exa., Presidente Valter, no cumprimento do Regimento e da liminar, limitou o acesso a este plenário e limita, como bem faz, o acesso às dependências desta Casa, que é bem público, é do povo; mas basta ler no Código Civil: é bem de uso especial para o trabalho desta Casa. Não é bem de uso comum, não é uma praça, uma rua, onde o povo entra e sai a hora que quer. Esta é a Casa do Povo, através do Parlamento, ela serve para que o Parlamento funcione, enquanto parte – minoria organizada – do povo quer tomar a Casa para que o Parlamento não funcione, essa minoria está em descumprimento da lei, do Regimento e dos princípios mais básicos da democracia. Os senhores que tentarem impedir o Parlamento de funcionar é que não passarão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque o inc. XV do art. 23 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 6º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Solicito às Lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Saúdo a presença do Dep. Federal Henrique Fontana, que nos visita. Seja bem-vindo, Deputado.

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 09 de julho. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 13h22min.)

